

**O APOIO LINGUÍSTICO E DE PERITOS NA ÁREA DA LEGISLAÇÃO:  
EXEMPLOS EUROPEUS E UCRANIANOS**

***EL APOYO LINGÜÍSTICO Y PERICIAL DE LA LEGISLACIÓN: EJEMPLOS  
EUROPEOS Y UCRANIANOS***

***THE LAWMAKING LINGUISTIC AND EXPERT SUPPORT: EUROPEAN AND  
UKRAINIAN EXAMPLES***

Valentyna LUKIANETS-SHAKHOVA<sup>1</sup>  
Yuliia BUHAIKO<sup>2</sup>  
Iryna TSVIGUN<sup>3</sup>  
Kateryna SOKH<sup>4</sup>  
Myroslava HNATYUK<sup>5</sup>  
Iryna SPATAR<sup>6</sup>

**RESUMO:** O artigo visa estudar o papel e a importância de um especialista e do apoio linguístico à redação de leis como um meio de melhorar a legislação nacional da Ucrânia. O trabalho é baseado na aplicação de métodos descritivos, sistemáticos, lógico-legais, hermenêuticos, estatísticos, comparativos e legais de pesquisa legal e o método de alternativas. Os materiais de pesquisa incluem atos jurídicos normativos que regulamentam a atividade de apoio especializado e linguístico à legislação na Ucrânia, Alemanha, França, República Tcheca e Polônia. O círculo dos principais executores de peritos e de apoio linguístico da legislação nos países especificados, para a definição de sua eficiência de acordo com o Índice do Estado de Direito como um indicador da qualidade da legislação, é alocado. Estabelece-se a natureza da influência do apoio especializado e linguístico da legislação dos estados analisados e de seus Índices de Estado de Direito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise linguística. Legislação. Direitos civis.

<sup>1</sup> Academia Nacional de Assuntos Internos da Ucrânia (NAIAU), Kyiv – Ucrânia. Candidata de Ciências Jurídicas, Professora Associada, Professora do Departamento de Direito Constitucional e Direitos Humanos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2397-613X>. E-mail: [valentyna\\_ukraine@ukr.net](mailto:valentyna_ukraine@ukr.net)

<sup>2</sup> Academia Nacional de Assuntos Internos da Ucrânia (NAIAU), Kyiv – Ucrânia. Estudante de pós-graduação, direito constitucional e direitos humanos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4413-5110>. E-mail: [bj0566@gmail.com](mailto:bj0566@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Nacional Ocidental da Ucrânia (WUNU), Ternopil – Ucrânia. Candidata de Ciências do Direito (Doutora em Filosofia), Chefe do Departamento Jurídico/ Docente Sênior, Faculdade de Direito, Departamento de Direito Civil e de Procedimento. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1284-4193>. E-mail: [iryna058@ukr.net](mailto:iryna058@ukr.net)

<sup>4</sup> Academia Nacional de Assuntos Internos da Ucrânia (NAIAU), Kyiv – Ucrânia. Doutorado em Direito, Professor Associado de Direito Constitucional e Direitos Humanos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3283-1154>. E-mail: [katrina\\_s@ukr.net](mailto:katrina_s@ukr.net)

<sup>5</sup> Instituto de Humanidades e Ciências Sociais da Universidade Nacional Politécnica de Lviv (LPNU-IHSS), Lviv – Ucrânia. Candidata de Doutor em Ciências Filológicas (Ph.D.), Professora Sênior, Departamento de Língua Ucraniana. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1663-7095>. E-mail: [mur\\_vas@ukr.net](mailto:mur_vas@ukr.net)

<sup>6</sup> Universidade Nacional Vasyl Stefanyk Precarpathian (PNU), Ivano-Frankivsk – Ucrânia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7115-2739>. E-mail: [iryna.spatar@pnu.edu.ua](mailto:iryna.spatar@pnu.edu.ua)

**RESUMEN:** El artículo tiene como objetivo estudiar la importancia de un apoyo experto y lingüístico de la redacción de leyes como medio para mejorar la legislación nacional de Ucrania. Se basa en la aplicación de métodos de investigación jurídica descriptivos, sistemáticos, lógico-jurídicos, hermenéuticos, estadísticos, comparativos-jurídicos y el método de alternativas. Los materiales de investigación incluyen actos jurídicos normativos que regulan la actividad de apoyo pericial y lingüístico de elaboración de leyes en Ucrania, Alemania, Francia, la República Checa y Polonia. Se asigna el círculo de los principales ejecutores del apoyo pericial y lingüístico de la elaboración de leyes en los países especificados, para la definición de su eficacia según el Índice de Estado de Derecho como indicador de la calidad de la legislación. Se establece la naturaleza de la influencia del apoyo experto y lingüístico de la elaboración de leyes de los estados analizados y sus Índices de Estado de Derecho.

**PALABRAS CLAVE:** Examen lingüístico. Legislación. Derechos civiles.

**ABSTRACT:** The article aims to study the role and importance of an expert and linguistic support of law drafting as a mean of improving the national legislation of Ukraine. The work is based on the application of descriptive, systematic, logical-legal, hermeneutic, statistical, comparative-legal methods of legal research and the method of alternatives. The research materials include normative legal acts regulating the activity of expert and linguistic support of lawmaking in Ukraine, Germany, France, the Czech Republic, and Poland. The circle of the main executors of expert and language support of lawmaking in the specified countries, for the definition of their efficiency according to the Rule of Law Index as an indicator of the quality of the legislation, is allocated. The nature of the influence of expert and linguistic support of lawmaking of the analyzed states and their Rule of Law Indices is established.

**KEYWORDS:** Linguistic examination. Legislation. Civil rights.

## Introdução

Na fase atual da formação da Ucrânia como Estado democrático e legal, a implementação do curso da integração europeia, o desenvolvimento adequado do sistema jurídico nacional e o processo bem-sucedido de sua integração no sistema jurídico democrático europeu estão se tornando importantes.

A respeito disso, é importante estudar o papel e a importância do apoio especializado e lingüístico de projetos de lei como meio de melhorar o sistema jurídico nacional.

Alguns aspectos da prestação de apoio especializado aos temas de iniciativa legislativa são objeto de pesquisa por parte de vários cientistas ucranianos (MINKOVA, 2016; RYBIKOVA, 2017) e europeus (DUPRAT; XANTHAKI, 2017; ZAMBONI, 2017; ZIEKOW, 2018). Tais estudos geralmente enfatizam a importância de procedimentos analíticos especializados para melhorar o sistema jurídico, bem como a necessidade de envolver uma ampla gama de atores no processo de preparação e discussão de projetos de lei.

Menos pesquisas sobre o apoio linguístico para a elaboração de legislação têm sido conduzidas. No entanto, também se deve destacar o importante papel da etapa de verificação linguística dos projetos de lei, considerada um dos principais fatores que influenciam a qualidade da legislação. Mas é realmente assim?

Por exemplo, na Ucrânia, parece haver pré-requisitos suficientes para o desenvolvimento de leis de alta qualidade: cada assunto da iniciativa legislativa tem uma divisão especializada, por exemplo, um departamento; o uso da língua do Estado no campo da *linguagem dos atos* tem uma série de garantias legais consagradas nas disposições da Constituição da Ucrânia, a Decisão do Tribunal Constitucional da Ucrânia No. 10-pp/99, a Lei da Ucrânia "Sobre como garantir o funcionamento da língua ucraniana como língua oficial" (UKRAINE, 1996; 1999; 2019) e outras leis da Ucrânia; projetos de lei passam por vários processos editoriais (exame linguístico) e, apesar disso, a legislação ainda é adotada com numerosos conflitos, lacunas e erros linguísticos, o que não permite reconhecê-la como de alta qualidade.

Assim, nosso principal objetivo é determinar a natureza (grau) do impacto do apoio especializado e linguístico da legislação sobre a qualidade da legislação na Ucrânia e nos países europeus, identificar as causas da baixa qualidade da legislação, por um lado, e identificar os fatores que melhoram sua qualidade, por outro.

As hipóteses acima nos permitem formular as seguintes hipóteses dentro de nosso estudo:

- 1) A quantidade nem sempre se transforma em qualidade. A participação de muitos sujeitos de departamentos especializados (centros) no processo legislativo nem sempre é uma garantia de legislação de alta qualidade. Da mesma forma, o número de departamentos para verificação linguística dos textos preliminares nem sempre é uma garantia de um alto nível de qualidade da legislação.
- 2) Fazer mais com menos (menos é melhor). A otimização dos departamentos para a realização de exames de contas que duplicam os poderes uns dos outros em diferentes órgãos, bem como a modernização do sistema de treinamento de peritos e métodos de análise de contas ajudarão a aumentar o nível de eficácia das contas.

## Revisão literária

O curso do processo legislativo moderno é constantemente influenciado tanto por fatores externos quanto internos. Fatores externos incluem a globalização, que determina a circulação de modelos legais pelo mundo, que mais tarde se tornam elementos de um sistema jurídico nacional (ZAMBONI, 2019) e a automação dos processos da administração pública. Entre os fatores internos no desenvolvimento da legislação de qualidade, o nível de seu apoio profissional e analítico é considerado o mais influente. Assim, o apoio especializado da legislação em fontes científicas é considerado como um dos meios mais importantes e eficazes para melhorar o sistema jurídico (MINKOVA, 2016; RYBIKOVA, 2017). A institucionalização dos exames de projetos de lei em um determinado estado depende de sua composição temática. Os *clientes* dos exames de projetos de lei são geralmente os sujeitos da iniciativa legislativa (principalmente o parlamento, o governo e o chefe de estado, às vezes órgãos locais de autogestão). Atualmente, os pesquisadores estão debatendo o papel do parlamento e do governo no processo legislativo, o que afeta diretamente o número e a forma dos exames especializados de projetos de lei (KOSTI; LEVI-FAUR; MOR, 2019). O *executor* e o assunto chave da etapa de exame e avaliação de projetos de lei é considerado o perito. A este respeito, a literatura científica presta considerável atenção ao papel do perito legal na elaboração de leis e enfatiza a necessidade de provisão adequada de sua formação profissional especial (ZIEKOW, 2018).

Questões de política linguística, planejamento linguístico e gestão linguística, que determinam a natureza do apoio linguístico na elaboração de leis em um país, são amplamente cobertas em aspectos sincrônicos e diacrônicos nos trabalhos tanto de ucranianos (ARTYKUCA, 2019; HUMENJUK, 2019) quanto de estudiosos europeus (HOFSTEE, 2017; SPOLSKY, 2018).

Entretanto, deve-se notar que em tais pesquisas, os estudiosos ignoram uma área tão importante de influência da política linguística como a linguagem do direito: ela é considerada superficial e muito rara. A linguagem da legislação, pelo menos na Ucrânia, tem uma série de questões não resolvidas que exigem uma abordagem abrangente e uma análise aprofundada tanto por advogados quanto por linguistas. Vale a pena mencionar as palavras de Vogel, Hamann e Gauer (2018, p. 1340, tradução nossa): "O direito existe somente na e através da linguagem". Esta tese empurra para a compreensão do papel decisivo da análise linguística para garantir a elaboração de leis. Suas formas mais comuns são o exame linguístico, o exame linguístico e terminológico e a tradução jurídica (ARTYKUCA, 2019; STEPANOVA, 2019).

A linguística pode ser uma contribuição valiosa para o desenvolvimento de um texto legislativo. Com a ajuda de conceitos e métodos da linguística do texto, se pode ajudar os legisladores a identificar e corrigir erros que impedem a clareza e precisão das prescrições legais em todos os níveis da estrutura do texto (HÖFLER, 2019; LIZISOWA, 2019).

Hoje, um dos métodos mais promissores de análise linguística e interpretação de textos jurídicos é o método de *corpus linguistics* (PHILLIPS; EGBERT, 2017; SOLAN; GALES, 2018). Este é um ramo da linguística que estuda a criação, processamento e uso de textos selecionados e processados de acordo com certas regras de um conjunto de textos que são usados como base para a pesquisa linguística. Em particular, sua eficácia foi aprovada pela Suprema Corte de Michigan, que decidiu em junho de 2016 que o método é consistente com a interpretação da lei por parte dos tribunais. Mas, como em qualquer novo campo científico de pesquisa, o entusiasmo pode preceder o conhecimento, portanto a *corpus linguistics* ainda precisa ser totalmente amadurecida metodologicamente (PHILLIPS; EGBERT, 2017).

A linguagem jurídica como uma espécie de linguagem profissional difere da linguagem cotidiana. Quanto à linguagem do direito, ela é até caracterizada por algumas características da linguagem artificial (linguagem de programação). Vários estudiosos criticam a complexidade dos textos jurídicos devido à terminologia específica e às construções da linguagem, enfatizando que a lei deve ser clara para todos (ANDRUSZKIEWICZ, 2017; ZANDBERGMALÉC, 2021).

Entretanto, subestimam as propriedades pragmáticas da linguagem jurídica: é um meio de identificar pessoas que são sujeitos de relações jurídicas e que não são, qualificando o ato como legal ou ilegal, delineando o campo jurídico no qual os sujeitos podem tomar decisões a seu próprio critério (em direito privado), ou para definir um algoritmo claro de ações dos sujeitos (em direito público), uma descrição da sequência de procedimentos de um determinado processo jurídico etc.

As características acima sobre a linguagem da legislação contribuem para o processo de sua formalização e resultado - o desenvolvimento de software para análise automática do texto legal. Isto repercute plenamente na mais recente área de pesquisa - linguística jurídica computacional -, que é capaz de levar o apoio linguístico e especializado da legislação a um nível qualitativamente novo. O sucesso de um campo de pesquisa tão abrangente depende da qualidade da pesquisa interdisciplinar teórica e aplicada por linguistas, advogados e cientistas da Tecnologia da Informação (VOGEL; HAMANN; GAUER, 2018).

A eficácia dos peritos e linguistas no processo legislativo é determinada pela qualidade da legislação. Em trabalhos científicos, é possível encontrar diferentes abordagens para caracterizar a qualidade da legislação (ANDRUSZKIEWICZ, 2017; HÖFLER, 2019; LIZISOWA, 2019; ZANDBERG-MALEC, 2021). No entanto, o mais objetivo é a justificativa para a relação entre um alto nível de redação e o cumprimento do estado de direito (CORMACAIN, 2017; HÖFLER, 2019; LIZISOWA, 2019), embora haja uma visão cética quanto à atuação desse princípio, dado seu caráter não escrito e indeterminado (VAN LOCHEM, 2017).

Os objetivos deste trabalho foram: conhecer a natureza (grau) do impacto do apoio especializado e linguístico da legislação sobre a qualidade da legislação na Ucrânia e em países europeus, considerando as características dos modelos de apoio especializado e linguístico na Ucrânia e países europeus; determinar um critério objetivo para a qualidade da legislação; comparar modelos de apoio especializado e linguístico com o critério de qualidade da legislação; determinar as relações causais entre os sistemas de apoio especializado e linguístico dos Estados com indicadores da qualidade da legislação.

## **Materiais e métodos**

Os materiais da pesquisa incluem atos normativos-legais que regulamentam a atividade de assuntos especiais na área de especialização e suporte linguístico de projetos de lei na Ucrânia, Alemanha, França, República Tcheca e Polônia. Estes atos estão disponíveis publicamente na Internet e publicados nos sites oficiais dos parlamentos dos estados mencionados acima. A escolha dos estados para a parte experimental do trabalho deve-se ao fato de que seus sistemas jurídicos formam a base do direito romano-germânico, são estados membros da União Europeia e têm diferentes indicadores de conformidade com o Estado de direito.

A pesquisa se baseia nos princípios da pesquisa qualitativa e combina análise teórica de fontes acadêmicas relevantes e pesquisa empírica de exames de contas na Ucrânia e em países europeus.

O procedimento de pesquisa envolve o uso de métodos descritivos, sistemáticos, lógico-legal, hermenêuticos, estatísticos, comparativos-legais e o método de alternativas.

Em particular, o método *hermenêutico* é utilizado no processo de esclarecimento dos termos "apoio de peritos da legislação" e "apoio linguístico da legislação", a aplicação do método *estatístico* é utilizar o Índice do Estado de Direito do Projeto de Justiça Mundial, que

é uma organização internacional da sociedade civil com a missão declarada de trabalhar para promover o Estado de Direito em todo o mundo, para descrever a qualidade da legislação nos países estudados; o método *comparativo-legal* é comparar modelos de apoio jurídico especializado e linguístico à legislação dos Estados, a fim de identificar semelhanças e diferenças entre eles; o método *lógico-legal* é usado na formulação de propostas para melhorar a regulamentação jurídica dos sistemas de apoio jurídico especializado e linguístico à legislação, a fim de construir uma regulamentação jurídica logicamente consistente e, portanto, eficaz dessas relações; o método das *alternativas* é comparar e criticar posições opostas sobre a eficácia dos modelos de apoio jurídico especializado e linguístico à legislação, a fim de formular uma nova posição (opinião).

## Resultados

Como resultado do estudo de fontes científicas e jurídicas, o aparato conceitual no campo do apoio analítico à legislação é especificado (melhorado) e suas principais formas de realização são destacadas:

- **Apoio especializado à legislação:** uma atividade organizacional e legal do Estado destinada a criar condições para que entidades especialmente autorizadas realizem exames, avaliações ou outros tipos de pesquisa sobre vários aspectos de projetos de lei a fim de identificar deficiências e fornecer recomendações para sua correção.

*Formas de implementação:* especialização jurídica, monitoramento jurídico, especialização anticorrupção, especialização linguística, avaliação do impacto regulamentar, especialização jurídica de gênero, especialização em conformidade com os termos do Acordo de Associação com a UE, especialização em orçamento etc.

- **Apoio linguístico à legislação:** uma atividade organizacional e jurídica do Estado destinada a criar condições para a realização de exames e avaliações de textos de projetos de lei sobre o cumprimento de parâmetros linguísticos aprovados pelo Estado; detecção de erros linguísticos e fornecimento de recomendações para sua correção; aconselhamento aos redatores de projetos de lei sobre o uso da terminologia, a redação correta nos textos de projetos de lei.

*Formas de implementação:* análise editorial, conhecimentos linguísticos, consultas linguísticas, desenvolvimento de normas de terminologia jurídica do Estado, dicionários jurídicos, tesouro, acompanhamento linguístico da legislação.

Uma comparação desses indicadores na tabela leva às seguintes conclusões:

- Os centros de análise especializados, como regra, estão concentrados nas subdivisões estruturais dos assuntos relevantes da iniciativa legislativa.

Por exemplo: na Ucrânia, o trabalho do projeto de lei dos deputados no parlamento é acompanhado pela experiência em unidades estruturais de seu pessoal, o governo - no departamento relevante do Ministério da Justiça da Ucrânia, o Presidente da Ucrânia - nos departamentos relevantes de seu gabinete. O sistema de apoio especializado na França e na República Tcheca é organizado pela mesma lógica. Na Alemanha e na Polônia, além das unidades estruturais dos órgãos legislativos e executivos, o exame dos projetos de lei pode ser realizado pelos governos locais.

- O número de estruturas especializadas (centros, departamentos, divisões) não garante a adoção de uma legislação melhor. Por exemplo: na Ucrânia há mais executores de exames de contas do que na Alemanha; no entanto, está na 74ª posição no ranking mundial em termos de cumprimento do Estado de Direito, e na Alemanha no 5º lugar. Uma tendência semelhante é observada na comparação da experiência da República Tcheca e da Polônia: na República Tcheca há menos entidades que fornecem exames de projetos de lei (além disso, o governo é tanto um sujeito de iniciativa legislativa quanto um sujeito de perícia); entretanto, no ranking, a República Tcheca ocupa a 22ª posição (enquanto a França ocupa a 23ª) e a Polônia a 36ª.

**Quadro 1** – Entidades-executoras do apoio de peritos à legislação da Ucrânia e dos países europeus

País	Temas - peritos em apoio à elaboração de leis	Índice do Estado de Direito (2021)
------	---	------------------------------------



Alemanha	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O comitê principal (responsável pelo projeto de lei) no Bundestag.</li> <li>2. O Governo Federal (examina os projetos de lei relativos a questões financeiras).</li> <li>3. As associações de autoridades locais em nível federal opinam sobre projetos de lei governamentais que podem afetar os interesses das autoridades locais.</li> </ol> <p>Artigos 69-70, 80 das Regras de Procedimento do Parlamento Federal</p>	0,84 (5º lugar)
França	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O Bureau e o Comitê Principal da Assembleia Nacional (avaliando as contas dos deputados sobre elegibilidade financeira).</li> <li>2. O Comitê Principal e os comitês que decidiram considerá-los e emitir pareceres sobre eles.</li> <li>3. Escritório Parlamentar de Avaliações Científicas e Tecnológicas.</li> <li>4. O Conselho de Estado (órgão consultivo do Conselho de Ministros)</li> </ol> <p>examina os projetos de lei e resoluções antes de submetê-los ao governo e fornece conclusões sobre a exatidão jurídica dos textos, sua forma e adequação administrativa.</p> <p>Arte. 87 do Regulamento Interno da Assembleia Nacional, Lei da República Francesa Nº 83-609 de 8 de julho de 1983</p>	0,72 (23º lugar)
República Tcheca	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O governo analisa o projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados e emite seu parecer sobre o mesmo.</li> <li>2. O Comitê Principal e os comitês nomeados por ele.</li> </ol> <p>§ 87-88 do Regimento da Câmara de Deputados</p>	0,73 (22º lugar)
Polônia	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A Chancelaria de Sejm (realiza um exame de conformidade com a legislação da UE).</li> <li>2. O Presidente.</li> <li>3. Presidente do Senado.</li> <li>4. Presidente do Conselho de Ministros da Polônia.</li> <li>5. Governos locais (se a adoção do projeto de lei puder afetar seu funcionamento).</li> </ol> <p>Artigos 34, 35 das Regras de Procedimento das Seimas</p>	0,64 (36º lugar)

Ucrânia	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Principal Departamento Científico e de Peritos do Verkhovna Rada da Ucrânia.</li><li>2. Principal Departamento Jurídico do Escritório do Verkhovna Rada da Ucrânia.</li><li>3. Comitês do Verkhovna Rada da Ucrânia.</li><li>4. O Ministério da Justiça da Ucrânia (faz o exame das leis submetidas ao governo).</li><li>5. O Escritório do Presidente da Ucrânia (realiza o exame das leis adotadas apresentadas ao Presidente da Ucrânia para assinatura e prepara propostas para sua assinatura ou aplicação do direito de veto).</li></ol> <p>Artigo 103 da Lei da Ucrânia "Sobre o Regulamento Interno do Verkhovna Rada da Ucrânia", Lei da Ucrânia "Sobre Comitês do Verkhovna Rada da Ucrânia", Regulamentos "Sobre o Verkhovna Rada da Ucrânia", Regulamentos "Sobre o Ministério da Justiça da Ucrânia", Regulamentos do Gabinete de Ministros", etc.</p>	0,51 (74º lugar)
---------	--	------------------

Fonte: Elaborado pelos autores

O Quadro 2 lista as instituições da Ucrânia, Alemanha, França, República Tcheca e Polônia que fornecem vários tipos de apoio linguístico aos temas de iniciativa legislativa no processo de elaboração, bem como o Índice do Estado de Direito desses países como critério para a qualidade da legislação.

Na comparação de modelos de apoio linguístico à legislação, a dinâmica é um pouco semelhante à situação com o apoio de peritos descrito no Quadro 1. Da mesma forma, a criação de um número significativo de departamentos linguísticos nas agências governamentais, que até certo ponto duplicam os poderes uns dos outros, não dá a legislação esperada. Por exemplo, na Ucrânia, existem várias formas de instituições destinadas a melhorar a linguagem da legislação: uma subdivisão do parlamento, um órgão executivo central separado e pelo menos três instituições científicas na Academia Nacional de Ciências da Ucrânia. Os demais países selecionados para o estudo têm menos instituições para o apoio linguístico de projetos de lei, mas um Índice de Estado de Direito mais alto do que na Ucrânia (74º lugar): Alemanha com duas instituições (5º lugar), França (23º lugar), República Tcheca (22º lugar) e Polônia (36º lugar) apenas uma instituição cada.

**Quadro 2** – Entidades-executoras de apoio linguístico no processo legislativo na Ucrânia e nos países europeus

País	Sujeitos-executores do apoio linguístico da legislação	Índice do Estado de Direito (2021)
Alemanha	<ol style="list-style-type: none"><li>1. A equipe editorial da Sociedade de Língua Alemã sob o Bundestag verifica o texto do projeto de lei quanto à alfabetização e clareza, aponta erros linguísticos e sugere uma redação alternativa.</li><li>2. O Ministério da Justiça da República Federal da Alemanha garante que todos os projetos de lei governamentais sejam verificados quanto ao cumprimento da legislação atual e ao uso uniforme de ferramentas linguísticas e regras de técnica jurídica.</li></ol>	0.84 (5º lugar)
República Tcheca	<ol style="list-style-type: none"><li>1. O Instituto de Língua Tcheca da Academia de Ciências Tcheca possui desde 1936 um "Centro de Consulta de Idiomas", que fornece consultas sistemáticas de idiomas e conduz consultas linguísticas sobre o uso da língua tcheca tanto para as autoridades públicas quanto para os cidadãos.</li></ol>	0.73 (22º lugar)

França	1. O Conselho de Estado (órgão consultivo do governo) verifica a conformidade com a estrutura do texto, sua legibilidade e o cumprimento da lei aplicável.	0.72 (23º lugar)
Polônia	1. A Academia Polonesa de Ciências tem um Conselho de Língua Polonesa, que coopera com o Sejm e o Senado, fornecendo opiniões de peritos sobre o uso da língua polonesa. Desde 2019, o Conselho tem um grupo de trabalho sobre a linguagem jurídica.	0.64 (36º lugar)
Ucrânia	1. O Departamento Principal de Documentação do Pessoal da Verkhovna Rada da Ucrânia realiza o processamento editorial de projetos de lei (Artigo 103 da Lei da Ucrânia "Sobre as Regras de Procedimento da Verkhovna Rada da Ucrânia"). 2. Comissão Nacional de Normas Linguísticas Estaduais. 3. Instituto de Língua Ucraniana, Instituto de Linguística. OO Potebni e o Escritório Ucraniano de Especialização Linguística da Academia Nacional de Ciências da Ucrânia.	0.51 (74º lugar)

Fonte: Elaborado pelos autores

## Discussão

Na literatura científica da área de processo legislativo, utiliza-se principalmente o termo “exame de projetos de lei”, que se refere apenas a um determinado tipo de análise. Dado o objetivo do nosso estudo - avaliar o impacto dos procedimentos de peritos na atividade legislativa sobre a qualidade da legislação na Ucrânia e nos países europeus, bem como tendo em conta o facto de o processo legislativo nestes países prever uma série de exames, avaliações e revisões - há um uso do termo em relação à perícia de projetos de lei do termo “suporte especializado da legislação”.

Minkova (2016) usou este termo pela primeira vez em sua pesquisa de dissertação *Apoio especializado em legislações na Ucrânia: características teóricas e jurídicas*, definindo o apoio especializado da legislação como atividade de assuntos especialmente autorizados, que consiste em projetos de pesquisa profissional, de avaliação-analítica, a fim de identificar suas deficiências de natureza técnica e substantiva, prever as consequências positivas e negativas de sua ação e formular sólidas conclusões e recomendações para sua adoção, melhoria ou rejeição. Entretanto, apesar do termo bem formulado para nosso estudo, a definição proposta pelo cientista precisa ser refinada, pois não transmite o significado de *provisão* (criar condições para o funcionamento de algo), mas atende à definição de *exame*.

Comparemos com a definição de perícia jurídica proposta por Rybikova (2017): É a atividade desenvolvida por peritos independentes no domínio da jurisprudência para avaliar os regulamentos quanto ao cumprimento de um determinado critério de qualidade legal, cujo resultado é uma opinião de um especialista fundamentada de acordo com os objetivos.

Em conexão com o mencionado acima, há a necessidade de esclarecer a terminologia de nosso estudo. Assim, resumindo as disposições teóricas da literatura científica, consideramos apropriado definir o termo "perito em legislação" como uma atividade organizacional e jurídica do Estado destinada a criar condições para exames, avaliações ou outros estudos de vários aspectos de projetos de lei especialmente autorizados, com o objetivo de identificar as deficiências e fornecer recomendações para sua correção. Pela mesma lógica, propomos definir o segundo termo de trabalho em nosso artigo "suporte linguístico da legislação": é uma atividade organizacional e jurídica do Estado destinada a criar condições para exames e avaliações dos textos dos projetos de lei sobre sua conformidade com os parâmetros linguísticos aprovados pelo Estado; detecção de erros linguísticos e fornecimento de recomendações para sua correção; orientação aos redatores de projetos de lei sobre o uso da terminologia, a correta redação nos textos dos projetos de lei.

Com relação ao papel do instituto de competência no processo legislativo, a maioria dos estudiosos concorda que ele é um fator importante para melhorar a legislação, pois disciplina o processo de elaboração dos projetos de lei e o orienta na direção certa para o Estado. Uma consciência semelhante da importância do apoio especializado da legislação nos levou a escolhê-la como um fator que influencia a criação de uma legislação de alta qualidade.

Na literatura científica podemos encontrar uma ampla gama de características de "legislações de alta qualidade", incluindo: clareza, precisão, inequívoca, segurança jurídica, transparência, consistência, acessibilidade, aplicabilidade, previsibilidade, consistência etc.

(ANDRUSZKIEWICZ, 2017; CORMACAIN, 2017; ZANDBERG-MALEC, 2021). Todas estas características, naturalmente, são atributos positivos da lei, mas, em nossa opinião, não permitem *medir* (calcular) o nível de qualidade da legislação de um Estado a fim de relacioná-las.

O Índice de Estado de Direito do *World Justice Project* (doravante denominado Índice) foi desenvolvido pelo *World Justice Project*, que visa medir a importância do Estado de Direito nos países do mundo. Assim, a identidade da qualidade da legislação com o Estado de Direito (COMISSÃO DE VENEZA, 2011) e a representatividade deste Índice permitem-nos considerá-lo um indicador objetivo do nível de qualidade da legislação.

Como resultado da comparação dos indicadores do estado de direito selecionados para o estudo dos estados, vimos que os Estados com menos instituições que fornecem conhecimentos especializados em legislação têm uma posição mais alta no Índice. Por exemplo, na Alemanha (5º lugar) e na República Tcheca (22º lugar) o exame é conduzido principalmente por dois departamentos: um no parlamento, o segundo no governo (em alguns casos, na Alemanha até mesmo na associação de autoridades locais). Na França (23º lugar) as avaliações de peritos são fornecidas em três subdivisões no parlamento e em uma subdivisão no governo. Na Ucrânia (74º lugar) e na Polônia (36º lugar), a pesquisa especializada é realizada em pelo menos quatro centros: parlamento (duas unidades conduzem perícia jurídica na Ucrânia), governo, chefe da administração estatal e governos locais (na Polônia).

Algumas situações similares são observadas com o apoio linguístico da legislação: países com menos instituições cuja tarefa é editar, conduzir o exame linguístico de projetos de lei ou desenvolver padrões linguísticos para a elaboração de leis, têm um índice mais alto.

Embora o resultado descrito acima confirme nossa hipótese de que a participação de vários centros especializados e linguísticos no processo legislativo nem sempre é uma garantia de legislação de alta qualidade, tal dinâmica é bastante surpreendente e deixa uma série de questões em aberto.

Sim, parece legal: quanto mais verificações o projeto de lei passar, mais perfeita será a lei. Entretanto, tal sequência, como vemos no exemplo da Ucrânia e da Polônia, nem sempre funciona e há razões mais profundas para isso.

Deve-se notar que um número significativo de instituições especializadas em legislação não é de forma alguma um defeito de um ou outro modelo de apoio especializado, mas não é uma garantia da adoção de uma lei de alta qualidade.

Então, onde está a lacuna na formação do sistema de apoio especializado à elaboração de leis? Há pelo menos duas respostas a esta pergunta na literatura acadêmica: primeiro, a falta de requisitos de qualificação adequados para que os peritos conduzam tais exames e treinamento profissional especial; segundo, a falta de metodologias detalhadas, instruções ou diretrizes para a realização de exames relevantes.

Quanto ao papel de um especialista em legislação, é apropriado citar os resultados de um estudo Ziekow (2018), que comparou os papéis dos peritos legais em legislação na Alemanha e na França: Nos ministérios alemães, os advogados predominam entre os altos funcionários públicos. Por outro lado, eles não desempenham um papel significativo nos ministérios franceses, pois os funcionários públicos seniores são recrutados através de treinamento central na Escola Nacional de Administração (NSA) em Estrasburgo, um

programa de dois anos de estudo na Escola de Pós-Graduação em Administração Francesa. Entretanto, a base dos dois modelos é a mesma: assegurar o máximo grau de adaptação possível das qualificações dos funcionários recém-nomeados. A União Europeia recruta seus advogados de acordo com o modelo alemão, com base em suas qualificações jurídicas. Decorre do exposto acima que o papel dos advogados na elaboração de projetos de lei também é diferente: na Alemanha seu papel é central; na França é marginal, o que determina a influência dominante dos graduados da NSA. Na Comissão da União Europeia, como na Alemanha, os advogados das Diretorias-Gerais têm uma grande influência na elaboração de projetos de lei.

Assim, temos motivos para acreditar que a abordagem da Alemanha para treinar peritos jurídicos no campo da legislação é mais eficaz do que na França, e um dos fatores de sua alta classificação no Índice e, conseqüentemente, a adoção de legislação de qualidade e eficaz.

Como observado por Minkova (2016), posições-chave para garantir a eficácia do exame do ponto de vista das comunidades de peritos ocidentais são a manufaturabilidade do procedimento com a máxima transparência dos princípios de exame desenvolvendo uma estratégia para este exame, uma hierarquia de métodos e técnicas de coleta de informações, abordagens para determinar sua adequação e confiabilidade, métodos para medir o que é avaliado, etc., até discutir a concepção e publicação do relatório, fornecendo resultados de exames aos clientes (detalhando o que e como relatar para o último). Acredita-se que o trabalho tecnologicamente correto no exame em muitos aspectos serve como garantia de sua qualidade. As normas de elaboração de leis e os requisitos básicos de técnica legislativa e diretrizes para a realização do exame jurídico dos projetos de lei são de natureza bastante geral e não fornecem ferramentas metodológicas aos peritos durante os exames, e a metodologia de elaboração editorial (exame linguístico) não tem aprovado (UCRÂNIA, 2006). Portanto, por falta de um sistema metodológico, o resultado do exame depende do executor específico do exame, que constitui um conjunto de métodos para a realização do exame a seu critério.

A fim de melhorar o instituto de especialização linguística na Ucrânia, Artykuca (2019) propõe criar com o apoio do Estado um único centro de pesquisa (comum para linguistas e juristas) em terminologia jurídica, bem como a Comissão Nacional de Terminologia para avaliação especializada da terminologia de legislação e projetos de lei em vigor, desenvolvimento de princípios científicos e metodológicos e métodos de exame linguístico e terminológico de regulamentos e outros documentos.

Na opinião de um cientista do Centro de Pesquisa de Terminologia Jurídica Ucraniana, é necessário:

- 1) criar uma base de dados eletrônica para o registro geral de todos os termos e frases terminológicas que operam no campo do direito (esta será a base para vários estudos científicos de terminologia jurídica e compilação de dicionários de termos jurídicos de diferentes tipos);
- 2) lançar um arquivo eletrônico de dificuldades de uso de termos, no qual registra-se perguntas e consultas oficiais sobre questões problemáticas de terminologia jurídica para seu adequado processamento pelos terminólogos, classificação de erros, compilação de dicionário normativo e desenvolvimento de recomendações para o uso correto de termos jurídicos;
- 3) manter registros eletrônicos dos desenvolvimentos na área de terminologia jurídica e terminologia jurídica (ucraniana e internacional);
- 4) organizar uma publicação periódica interdisciplinar especializada (revista, coleção de artigos científicos) sobre temas de atualidade da terminologia jurídica;
- 5) oferecer cursos especializados em terminologia jurídica para projetistas normativos, funcionários públicos, compiladores de dicionários jurídicos, editores de literatura jurídica, tradutores de textos jurídicos, pesquisadores de terminologia jurídica em diversas áreas;
- 6) criar um laboratório para fornecer uma avaliação especializada do ponto de vista da terminologia moderna de dicionários, literatura científica e educacional, para fornecer conselhos sobre a terminologia jurídica.

Em nossa opinião, é inoportuno criar uma nova unidade, pois na Ucrânia hoje existem instituições cujas atividades visam desenvolver e aprovar normas de terminologia jurídica ucraniana, como a Comissão Nacional de Normas Linguísticas Estatais e o Instituto de Língua Ucraniana da Academia Nacional de Ciências da Ucrânia. Em vista disso, acreditamos que tais funções devem ser fornecidas às instituições existentes e garantir sua implementação.

No contexto do suporte linguístico da legislação, os resultados de um estudo de Hofstee (2017) sobre o impacto de várias ferramentas de planejamento linguístico na França são interessantes. Apesar da política linguística clara do país, ele perdeu capital cultural e linguístico devido à emergência da ideologia anglo-americana do imperialismo linguístico em seu território e, como resultado, seu compromisso com o inglês entre os grupos conservadores



na França. O estudioso descreve que, nesta situação, nem a Lei da República Francesa "Sobre o uso da língua francesa" (No. 94-665 de 4 de agosto de 1994), conhecida como "Lei Tubon", nem o trabalho das comissões terminológicas para a compilação de corpora linguísticos franceses tiveram um impacto significativo no uso real da língua francesa. Na prática, há pouco que os interessados possam fazer para contrariar este desenvolvimento, pois a última palavra é sempre deixada ao usuário do idioma, não ao legislador, para determinar quais formas linguísticas serão integradas no idioma - afinal, qualquer idioma é uma ilha. Isto pode ser explicado em parte pelo fato de que muitos linguistas consideram as tentativas de regulamentar a priori a língua como incorreta e que ela inevitavelmente falha, pois é considerada contrária aos princípios básicos da mudança de língua.

Uma tendência semelhante foi observada por Humenjuk (2019) na política linguística da Alemanha, onde o idioma alemão tem o status do Estado na ausência de uma lei separada sobre a proteção do idioma alemão. Em 2008, a chanceler alemã Angela Merkel disse sobre planejamento e controle linguístico na política linguística: "O alemão é a língua do Estado na Alemanha, portanto aprender alemão é um bom investimento para aqueles que querem viver neste país". A questão da consolidação do status da língua alemã foi amplamente discutida. Hans Walter Hütter, Presidente da Casa da História, também se pronunciou contra as emendas à Constituição alemã sobre a língua estatal:

*Acreditamos que a língua alemã é mais do que capaz de sobreviver. Ela não precisa da proteção da Lei Fundamental. O alemão é a língua dos departamentos de nosso país, e continuará sendo. É por isso que acho que não precisamos nos preocupar com o problema da língua.*

Representantes de partidos e comunidades da oposição na Alemanha também observaram que questões mais sérias deveriam ser abordadas. Existem apenas algumas leis acessórias que indicam o status oficial ou a função oficial do idioma alemão.

Como podemos ver, o reconhecimento público e a motivação correta para usar corretamente a língua do estado são mais eficazes do que as inúmeras disposições sobre o status da língua do estado na lei. O respeito à língua é alimentado desde o jardim de infância e estabelecido consistentemente nos níveis superiores de educação, e depois efetivamente utilizado no trabalho, incluindo a legislação.

Deve-se notar também que o sucesso da Alemanha, como evidenciado pelo Índice, não é acidental - é um trabalho sistemático e abrangente e incansável das agências governamentais, instituições e centros de pesquisa deste país. Atualmente, com o apoio da Academia Alemã de Ciências, áreas especializadas e linguísticas da legislação estão sendo

desenvolvidas conjuntamente dentro do grupo de pesquisa internacional *Computer Assisted Legal Linguistics* (CAL2), uma das áreas do qual é a detecção automática de violações de estilo em textos legislativos (VOGEL; HAMANN; GAUER, 2018).

Como resultado, os princípios mais eficazes de modelagem de especialistas e apoio linguístico dos países europeus, especialmente em termos de treinamento de peritos na área de redação, desenvolvimento de bases metodológicas para o exame de projetos de lei e otimização de centros de especialistas em legislação serão úteis para melhorar o apoio especializado e linguístico na Ucrânia.

## Conclusões

O apoio linguístico e de peritos na legislação é um fator importante que influencia a qualidade da legislação nas democracias, em particular o Índice do Estado de Direito. Uma comparação dos modelos de apoio especializado e linguístico dos países selecionados para o estudo com o Índice do Estado de Direito mostrou que o número de departamentos especializados e linguísticos no Estado não garante a adoção de legislação de alta qualidade e eficaz. A análise das causas dos fracassos e sucessos dos países europeus na formação de apoio linguístico especializado no processo legislativo leva às seguintes conclusões:

- O aumento do número de instituições não melhora a qualidade do sistema legislativo;
- peritos na condução de análises de projetos de lei devem estar sujeitos a altas exigências de qualificação, que indicam a presença de forte conhecimento do sistema na área;
- As metodologias para a realização de exames não devem ser gerais. As recomendações metodológicas, instruções e normas para a realização de vários exames devem ser suficientemente detalhadas para evitar omissões na análise de projetos de lei;
- A qualidade da língua da legislação começa com o estudo da língua do Estado em todos os níveis de ensino. Quanto maior o conhecimento geral da língua do Estado por peritos na realização de exames, maior será seu conhecimento especial do estilo legislativo da língua do Estado.

Os resultados do estudo confirmam plenamente nossa hipótese e podem servir de guia na formação de instituições especializadas ou linguísticas em diferentes países.

Entre as principais e mais promissoras áreas de pesquisa, consideramos o desenvolvimento de novos métodos de análise de textos jurídicos, em particular com o envolvimento de conhecimentos linguísticos e pesquisas no campo da tecnologia da informação.

## REFERÊNCIAS

ANDRUSZKIEWICZ, M. Problem jasności w języku prawnym – aspekty lingwistyczne i teoretycznoprawne [The issue of clarity in legal language – linguistic and theoretical-legal aspects]. **Comparative Legilinguistics**, Poznań, v. 31, p. 7-25, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14746/cl.2017.31.1>

ARTYKUCA, N. V. Jurydyczne terminoznavstvo v Ukraini: suchasnyj stan, osnovni naprjamy ta perspektyvy rozvytku [Legal terminology in Ukraine: current status, main directions and prospects of development]. **Terminologichnyj Visnyk [Terminological Bulletin]**, Kyiv, n. 5, p. 6-17, 2019. DOI: <https://doi.org/10.37919/10.37919/2221-8807-2019-5-1>

CORMACAIN, R. **Legislative Drafting and the Rule of Law**. 2017. Dissertation (Doctorate) – Institute of Advanced Legal Studies, School of Advanced Study, University of London, London, 2017.

DUPRAT, J.-P.; XANTHAKI, H. Legislative Drafting Techniques/Formal Legistics. *In*: KARPEN, U.; XANTHAKI, H. (eds.). **Legislation in Europe: A comprehensive guide for scholars and practitioners**. London: Bloomsbury, 2017. p. 109-128. DOI: <https://doi.org/10.5040/9781509908783.ch-007>

HÖFLER, S. Making the law more transparent: Text linguistics for legislative drafting. *In*: VOGEL, F. (ed.). **Legal linguistics beyond borders: Language and law in a world of media, globalisation and social conflicts**. Berlin: Duncker & Humblot, 2019. p. 229-252.

HOFSTEE, P. M. **The French Reaction: An ecological approach to language policy in metropolitan France**. 2017. Thesis (Master's in Linguistics) – University of Leiden, Leiden, 2017.

HUMENJUK, Z. V. Osobennosti jazykovoju polytyky hermanyj: prošloe y nastojaščee [Features of the German language policy: previously and currently]. **Vcheni Zapysky TNU Imeni V. I. Vernads'kogo: Filologija. Social'ni komunikacii'** [Scientific notes of TNU named after VI Vernadsky: Philology. Social Communications Volume], v. 30(69), n. 2, p. 68-72, 2019. DOI: <https://doi.org/10.32838/2663-6069/2019.2-1/13>

KOSTI, N.; LEVI-FAUR, D.; MOR, G. Legislation and regulation: three analytical distinctions. **The Theory and Practice of Legislation**, Ramat Gan, v. 7, n. 3, p. 169-178, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/20508840.2019.1736369>

LIZISOWA, M. T. Legal Language in the Legislative Text (The Case Study of the Bill on Higher Education and Science). **Comparative Legilinguistics**, Poznań, v. 38, n. 1, p. 7-47, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14746/cl.2019.38.1>

MINKOVA, O. G. **Ekspertne zabezpechennja pravotvorchosti v Ukraini**: teoretyko-pravova charakterystyka [Expert support of lawmaking in Ukraine: theoretical and legal characteristics]. 2016. Thesis (Doctorate) – Harkivs'kyj Nacional'nyj Universytet Vnutrishnih Sprav [Kharkiv National University of Internal Affairs], Kharkiv, 2016.

PHILLIPS, J. C.; EGBERT, J. Advancing Law and Corpus Linguistics: Importing Principles and Practices from Survey and Content Analysis Methodologies to Improve Corpus Design and Analysis. **BYU Law Review**, Provo, v. 2017, n. 6, p. 1589-1620, 2017. Disponível em: <https://digitalcommons.law.byu.edu/lawreview/vol2017/iss6/12>. Acesso em: 21 dez. 2021.

RYBIKOVA, G. V. Pravova ekspertyza normatyvno-pravovyh aktiv v Ukraini [Legal examination of normative legal acts in Ukraine]. 2017. Dissertation (Doctorate) – Nacional'na Akademija Vnutrishnih Sprav [National Academy of Internal Affairs], Kyiv, 2017.

SOLAN, L. M.; GALES, T. Corpus Linguistics as a Tool in Legal Interpretation. **BYU Law Review**, Provo, v. 2017, n. 6, p. 1311-1358, 2017. Disponível em: <https://digitalcommons.law.byu.edu/lawreview/vol2017/iss6/5>. Acesso em: 21 dez. 2021.

SPOLSKY, B. Language policy: From planning to management. *In*: KHENG, C. C. S. **Un(intended) language planning in a globalising world**: Multiple levels of players at work. Warsaw: De Gruyter Open Poland, 2018. 301-309. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110518269-017>

STEPANOVA, V. V. Interference challenge to translation quality in multilingual legislation. **XLinguae: European Scientific Language Journal**, Nitra, v. 12, n. 4, p. 3-17, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18355/XL.2019.12.04.01>

UKRAINE. (Constitution [1996]). **Konstytucija Ukrajiny** [Constitution of Ukraine]. Vidomosti Verkhovnoi Rady Ukrainy [Information of the Verkhovna Rada of Ukraine]. n. 30, p. 141. 1996. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/254%D0%BA/96-%D0%B2%D1%80#Tečt>. Acesso em: 21 dez. 2021.

UKRAINE. **Pravyla oformlennja proektiv zakoniv ta osnovni vymogy zakonodavchoi' tehniky (Metodychni rekomendacii') 2006 (Aparat Verhovnoi' Rady)**. Oficijnyj sajt Verhovnoi' Rady Ukrai'ny [Rules of drafting laws and basic requirements of legislative technique (Methodical recommendations) 2006 (Verkhovna Rada Office)]. Official site of the Verkhovna Rada of Ukraine]. 2006. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/rada/show/n000245106#Text>. Acesso em: 21 dez. 2021.

UKRAINE. **Rishennja u spravi № 10-rp/99 KSU** [Decision in the case № 10-rp / 99 (1999) CCU]. 1999. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/v010p710-99#Text>. Acesso em: 21 dez. 2021.

UKRAINE. **Zakon pro zabezpechennja funkcionuvannja ukrai'ns'koi' movy jak derzhavnoi'**. (Verhovna Rada Ukrai'ny). Oficijnyj sajt Verhovnoi' Rady Ukrai'ny. [Law on Ensuring the Functioning of the Ukrainian Language as the State Language, Art. 13. 2019.

(Verkhovna Rada of Ukraine). Official site of the Verkhovna Rada of Ukraine]. 2019. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/2704-19#Text> [in Ukrainian]. Acesso em: 21 dez. 2021.

VAN LOCHEM, P. Legislation against the rule of law – an introduction. **The Theory and Practice of Legislation**, Ramat Gan, v. 5, n. 2, p. 95-100, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/20508840.2017.1387729>

VENICE COMMISSION. **Report approved by the Venice Commission at its 86th plenary session**. Venice 25-26 Mar. 2011. Disponível em: [https://www.venice.coe.int/webforms/documents/default.aspx?pdffile=CDL-AD\(2011\)003rev-e](https://www.venice.coe.int/webforms/documents/default.aspx?pdffile=CDL-AD(2011)003rev-e). Acesso em: 21 dez. 2021.

VOGEL, F.; HAMANN, H.; GAUER, I. Computer-assisted legal linguistics: Corpus analysis as a new tool for legal studies. **Law & Social Inquiry**, Chicago, v. 43, n. 4, p. 1340-1363, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/lsi.12305>

WORLD JUSTICE PROJECT. **Rule of Law Index 2021**. Washington, DC: World Justice Project, 2021. Disponível em: <https://worldjusticeproject.org/sites/default/files/documents/WJP-INDEX-2021.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2021.

ZAMBONI, M. A Middle-range Theory of Legislation in a Globalizing World. **Faculty of Law, Stockholm University Research Paper**, Stockholm, n. 70, 2019. DOI: <https://doi.org/10.2139/ssrn.3373134>

ZAMBONI, M. Goals and Measures of Legislation: Evaluation. In: KARPEN, U.; XANTHAKI, H. (eds.). **Legislation in Europe: A Comprehensive Guide for Scholars and Practitioners**. London: Bloomsbury, 2017. p. 97-108. DOI: <https://doi.org/10.5040/9781509908783.ch-006>

ZANDBERG-MALEC, J. Prosty język w komunikacji prawniczej – okiem redaktora językowego [Plain language in legal communication – in the eye of the editor]. **Poznańskie Studia Polonistyczne. Seria Językoznawcza**, v. 28, n. 1, p. 191-204, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14746/pspsj.2021.28.1.13>

ZIEKOW, J. Legal experts in public service: Functions at the Ministry Level and their Influence on the Making and Development of Law – Experiences from EU States, especially Germany. **Osaka University Law Review**, n. 65, p. 89-106, 2018. Disponível em: <https://ir.library.osaka-u.ac.jp/repo/ouka/all/67743/oulr065-089.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2021.

## Como referenciar este artigo

LUKIANETS-SHAKHOVA, V.; BUHAIKO, Y.; TSVIGUN, I.; SOKH, K.; HNATYUK, M.; SPATAR, I. O apoio linguístico e de peritos na área da legislação: exemplos europeus e ucranianos. **Revista Entrelínguas**, Araraquara, v. 7, n. 00, e021113, 2021. e-ISSN: 2447-3529. DOI: <https://doi.org/10.29051/el.v7i00.15952>

**Submetido em:** 01/09/2021

**Revisões requeridas:** 10/10/2021

**Aprovado em:** 30/11/2021

**Publicado em:** 17/12/2021